

PROJETO OCDE – TCU – TCs

APRIMORAMENTO DO CONTROLE EXTERNO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS PÚBLICOS DESCENTRALIZADOS

As crescentes demandas sociais e a escassez relativa de recursos públicos requerem, em Estados federativos, a coordenação das ações entre as esferas de governo com o objetivo de assegurar maior eficiência e efetividade na realização de diversas políticas públicas.

Esse quadro tem complexidade ampliada no caso brasileiro, devido à definição de uma ampla gama de competências comuns aos entes da federação, à existência de três esferas governamentais e às disparidades entre as regiões brasileiras em múltiplas escalas territoriais.

Os tribunais de contas, no exercício de suas competências, devem atuar na compreensão sistêmica desses desafios, de forma coordenada e estratégica, a fim de induzir melhores resultados das políticas descentralizadas e promover eficácia, eficiência e efetividade dos programas públicos.

A fiscalização completa de políticas e programas descentralizados, portanto, requer o envolvimento conjunto dos órgãos de controle externo nos níveis federal, estadual e municipal, para direcionar seus esforços e otimizar o impacto de suas ações.

O caminho traçado para alcançar esse propósito decorre do acordo de cooperação firmado em dezembro de 2017, entre o TCU e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), e posterior acordo de cooperação entre TCU,

Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com adesão de nove tribunais de contas brasileiros.

O objetivo geral do projeto é **aprimorar a atuação do sistema de controle externo brasileiro**, por meio do desenvolvimento de uma estratégia de controle sistematizada e coordenada para seleção de auditorias com base em risco, que contribuirá para o aprimoramento dos serviços prestados ao cidadão.

De modo específico, o projeto entregará um guia referencial contendo **metodologia, testada previamente em experiência piloto, para selecionar ações de controle com base no risco de insucesso de uma política pública descentralizada**, avaliando conjuntamente o grau de maturidade e o desempenho dessa política.

O escopo definido para o desenvolvimento da metodologia concentra-se nas políticas e programas na área de Educação, havendo previsão de extensão e adaptação da metodologia a outras áreas, como Saúde e Segurança Pública.

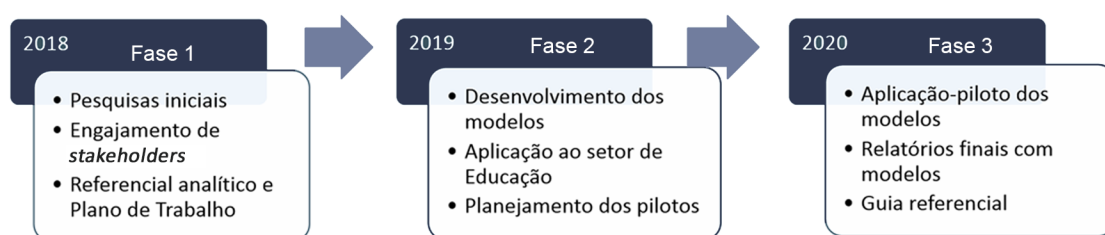
A cooperação entre a OCDE e o TCU, iniciada em 2011, possibilita acesso a especialistas, bases de dados abrangentes e qualificadas e práticas sobre fiscalização de políticas públicas de diferentes países, o que embasa o desenvolvimento de modelos inovadores e estratégias cooperativas para o alcance dos objetivos do controle externo.

VISÃO GERAL DO PROJETO

Desenhado para ser desenvolvido em três fases, é um projeto dedicado a buscar soluções sustentáveis e de longo prazo para a seleção de objetos de auditoria em políticas públicas descentralizadas, com o desenvolvimento de metodologias de análise de risco.

O desenvolvimento de modelos de indicadores para avaliar o grau de maturidade e o alcance de resultados das políticas públicas descentralizadas são o caminho traçado para desenvolver uma estratégia coordenada no âmbito do sistema nacional de controle.

CRONOGRAMA E PRODUTOS



PARCERIAS

O TCU estabeleceu parceria com nove Tribunais de Contas brasileiros para participação nas discussões afetas ao projeto. Atricon e IRB, com apoio do Comitê Técnico de Educação do IRB, atuam na articulação institucional entre os atores.

Estão previstos encontros periódicos com representantes dos TCs para capacitações, discussão e validação dos produtos, bem como estreitamento das estratégias de atuação e planejamento de fiscalizações.

Fazem parte do projeto as seguintes instituições:

TCE-AC, TCE-BA, TCE-CE, TCE-MG, TCE-PB, TCE-PR, TCE-RO, TCE-RS e TCM-BA.

RESULTADOS ESPERADOS

- Aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas descentralizadas.
- Indução ao uso de indicadores disponíveis e internacionalmente aceitos.
- Planejamento integrado de fiscalizações no sistema nacional de controle.
- Identificação de avanços ou retrocessos da governança da Administração Pública.
- Compartilhamento nacional e internacional de melhores práticas para o controle.
- Aprimoramento da *accountability* de resultados e estímulo ao monitoramento e à avaliação do desempenho pela Administração Pública.